

HISTÓRIA INDÍGENA NA BAHIA: FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UM CAMPO HISTÓRICO NA PÓS-GRADUAÇÃO (2008-2018)

Recebido: 17/02/2022
Aprovado: 09/08/2022

Caroline Santana Brito

Graduanda em História pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Fabricio Lyrio Santos

Professor Associado da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

RESUMO

O presente artigo apresenta-se como resultado de um projeto de catalogação e análise da produção historiográfica recente sobre História Indígena na Bahia. Os objetivos perseguidos durante a pesquisa foram identificar e analisar dissertações e teses sobre História Indígena desenvolvidas na Bahia e sobre povos indígenas da Bahia no período de 2008 a 2018. Este recorte temporal foi escolhido a partir do ano de elaboração do projeto, motivado pela passagem da primeira década de vigência da Lei 11.645/2008, que estabeleceu como obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena na educação básica. Embora a ampliação e a renovação dos estudos referentes à temática indígena não possam ser creditadas exclusivamente à vigência da lei, constata-se que a mesma contribuiu para a formação e a consolidação de um campo histórico que vem se expandindo desde então, em particular no cenário baiano. Para além das questões educacionais e acadêmicas envolvidas, entende-se que o reconhecimento e a valorização da participação e do protagonismo indígena na História do Brasil são demandas de expressiva relevância na sociedade atual, provocando uma maior articulação entre o exercício da pesquisa, a prática da cidadania e o respeito à diversidade.

PALAVRAS-CHAVE

Bahia; História Indígena; Lei 11.645/2008.

Considerações iniciais

Em contraste com o alarmante aumento do desrespeito aos povos indígenas e das crescentes ameaças à sua sobrevivência no Brasil nas últimas décadas,¹ nota-se um incremento acentuado de trabalhos historiográficos dedicados à temática indígena nas universidades baianas, o que representa uma alentada notícia diante do caráter periférico e subalternizado tradicionalmente atribuído às populações indígenas na historiografia brasileira.²

A promulgação da Lei 11.645/2008, que instituiu a obrigatoriedade do ensino da “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” na Educação Básica, certamente contribuiu decisivamente para este cenário, ao provocar uma crescente demanda em favor da renovação dos cursos de formação de professores, principalmente os da área de História, a qual já vem produzindo mudanças significativas nos currículos das Licenciaturas, embora com pouca repercussão na maioria das disciplinas básicas, que continuam estruturadas de acordo com um paradigma historiográfico mais tradicional.³

Este artigo é oriundo de uma pesquisa que se originou a partir de um projeto dedicado a investigar as trajetórias dos povos indígenas no recôncavo da Bahia e as representações construídas em torno de suas identidades, histórias e protagonismo, iniciado em 2017. Diante deste objetivo geral, foi instituído um plano de trabalho mais específico, intitulado: *A História Indígena na Bahia: catalogação e análise da produção historiográfica recente (2008-2018)*. O objetivo principal deste plano foi identificar e catalogar a produção historiográfica recente sobre a história indígena na Bahia, buscando avaliar a inserção desta temática no ambiente acadêmico e seus impactos na produção historiográfica, bem como, de maneira complementar, problematizar a aplicação da Lei 11.645/2008 na Educação Básica das escolas da região do recôncavo baiano. Por fim, era nosso propósito evidenciar e problematizar as principais tendências historiográficas da atualidade e as possibilidades de novas pesquisas.

O desenvolvimento do plano de trabalho se deu entre os anos de 2019 e 2020 e o seu eixo central foi a investigação das produções de dissertações e teses sobre História Indígena que foram desenvolvidas na Bahia e sobre povos indígenas da Bahia. O recorte temporal foi escolhido com base na sanção da Lei 11.645/2008, estendendo-se até o ano de elaboração do plano de trabalho, que coincidiu com a primeira década da existência da lei. Dessa forma, investigamos se esta lei, no

1 Dados e informações disponíveis em: <https://emergenciaindigena.apiboficial.org/>. Acesso em: 22/12/2021.

2 Cf. John M. Monteiro, *Tupis, Tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*, Tese (Livre Docência), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001; Maria Regina Celestino de Almeida, *Os índios na história do Brasil*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2010; Francisco Cancela, “Velhos e novos desafios da História Indígena”, in: Fabricio Lyrio Santos (Org.), *Os índios na história da Bahia*, Cruz das Almas, EDUFRB; Belo Horizonte, Fino traço, 2016, p. 13-22.

3 Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Disponível em: [L11645 \(planalto.gov.br\)](http://L11645.planalto.gov.br). Acesso em: 22/12/2021. Mauro Cezar Coelho, “A história indígena no ensino de História: princípios, desafios e perspectivas”, in: Tiago Siqueira Reis et al. (Org.), *Coleção História do tempo presente*, volume I, Boa Vista, Editora da UFRR, 2019, p. 150-169.

intervalo de tempo estabelecido, repercutiu no sentido do surgimento de novos projetos de pesquisa sobre os povos indígenas da Bahia nas universidades baianas dentro dos Programas de Pós-Graduação em História.

Outro aspecto de grande relevância diz respeito ao delineamento das dinâmicas internas do campo, entendido enquanto um espaço no qual seus agentes (pesquisadoras e pesquisadores em diferentes estágios de desenvolvimento da carreira) disputam posições de destaque, mas também compartilham o conhecimento produzido por seus estudos, fontes, bibliografias, problemas, conceitos e paradigmas por meio da publicização dos seus trabalhos em oficinas, simpósios, minicursos, mesas redondas, palestras, e também por meio da publicação em jornais, revistas e livros, com ênfase para os de autoria coletiva. No entanto, embora esta análise estivesse proposta no início do projeto, não foi possível aprofundá-la até o momento.

A partir dos resultados obtidos produziu-se uma breve avaliação das abordagens e dos objetos de pesquisa presentes nos trabalhos catalogados, nos quais encontramos convergências temáticas que permitiram a sua distribuição em quatro eixos concebidos e amadurecidos ao longo da pesquisa. Também como resultado desta investigação foram desenvolvidas fichas de apresentação das obras para auxiliar professores e pesquisadores em suas pesquisas sobre História Indígena da Bahia, visando encurtar a distância entre a universidade e a educação básica, bem como incentivar novos projetos de investigação acerca dos povos indígenas na Bahia e em outros estados do país.

Os conceitos de Campo, Campo da História e Campo Histórico

Ao nos debruçarmos sobre o conceito de campo, não podemos fugir ao diálogo com o sociológico francês Pierre Bourdieu (1930-2002), que instituiu este conceito como uma das ferramentas fundamentais das suas múltiplas investigações sobre os mais diversos aspectos da sociedade contemporânea. Ao longo de sua obra, Bourdieu definiu, diversas vezes, o conceito de campo, sendo suficiente recorrermos à definição estabelecida por ele em um texto dedicado especificamente à dimensão da realidade que nos interessa mais de perto, a saber, o universo acadêmico. Em conferência pronunciada em 11 de março de 1997 no *Institut National de la Recherche Agronomique*, em Paris, Bourdieu colocou em evidência este importante conceito para definir, de forma mais específica, o que ele entendia por “campo científico”.⁴

Para Bourdieu, os campos são “microcosmos relativamente autônomos” que compõem a realidade social.⁵ Cada campo institui e é instituído por regras próprias de funcionamento, relações de força e disputas de poder, estando submetido a imposições tanto internas quanto externas que definem limites e possibilidades em relação ao comportamento dos seus agentes (indivíduos, grupos

4 Pierre Bourdieu, *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*, São Paulo, Editora da UNESP, 2004.

5 Bourdieu, *Os usos sociais da ciência*, p. 20.

e instituições). Tal como a sociedade mais ampla da qual fazem parte, os campos são espaços de lutas que visam a conservação ou a transformação das relações de poder instituídas, ou seja, “é a *estrutura das relações objetivas* entre os agentes que determina o que eles podem e não podem fazer”.⁶

No entanto, as relações objetivas existentes no campo não anulam por completo o papel dos indivíduos nem eliminam a ação individual, seja ela apoiada em critérios internos ou externos ao próprio campo. Se assim o fosse, não haveria possibilidade de mudança ou de inovação. No limite, não haveria nem mesmo margem para as disputas de poder que mobilizam os agentes a tentar manter ou modificar suas posições dentro do campo.

Qualquer que seja o campo, ele é objeto de luta tanto em sua representação quanto em sua realidade. A diferença maior entre um campo e um jogo (...) é que o campo é um jogo no qual as regras do jogo estão elas próprias postas em jogo (...). Os agentes sociais estão inseridos na estrutura e em posições que dependem do seu capital e desenvolvem estratégias que dependem, elas próprias, em grande parte, dessas posições, nos limites de suas disposições. Essas estratégias orientam-se seja para a conservação da estrutura seja para a sua transformação, e pode-se genericamente verificar que quanto mais as pessoas ocupam uma posição favorecida na estrutura, mais elas tendem a conservar ao mesmo tempo a estrutura e sua posição, nos limites, no entanto, de suas disposições (isto é, de sua trajetória social, de sua origem social) que são mais ou menos apropriadas à sua posição.⁷

Ao sintetizar, de forma didática e introdutória, as múltiplas “especialidades e abordagens” da História no início do século XXI, José d’Assunção Barros recorre ao conceito de “campo”, sem, no entanto, delimitá-lo previamente. Apesar de Bourdieu estar presente na bibliografia, Barros não dialoga com o sociológico francês do ponto de vista teórico, fazendo-lhe referência apenas em duas ocasiões: a primeira, ao apontar sua influência sobre a História Cultural de Roger Chartier e Michel de Certeau, e a segunda, ao debater os limites do gênero biográfico.⁸

Em um artigo publicado posteriormente, Barros retomou com maior profundidade teórica a noção de campo, dialogando mais diretamente com Bourdieu.⁹ Ele indica que esta noção ajuda a pensarmos a História “como lugar de produção de uma forma específica de conhecimento que é levada a cabo pelos historiadores”. Neste sentido, ele advoga em favor da existência de um “Campo da História” entendido enquanto um “campo disciplinar” dotado de regras, práticas sociais e conflitos. No interior deste campo, Barros situa os diferentes paradigmas e correntes teóricas, isto é: “o Positivismo, o Historicismo, este ou aquele Materialismo Histórico, esta ou aquela leitura sobre as

6 Bourdieu, *Os usos sociais da ciência*, p. 23.

7 Bourdieu, *Os usos sociais da ciência*, p. 29.

8 José D’Assunção Barros, *O campo da história: especialidades e abordagens*, Petrópolis, Vozes, 2004.

9 José D’Assunção Barros, “Sobre a noção de ‘Campo Histórico’”. *História e-História*, p. 1-20, 2010. Disponível em: https://www.academia.edu/10912780/Sobre_a_noção_de_Campo_Histórico. Acesso em: 22/12/2021.

possibilidades de aplicar o modelo de Max Weber ao estudo da história”.¹⁰

Em acréscimo, o mesmo autor defende que o “Campo da História” – com C maiúsculo – divide-se em vários “campos históricos”. Segundo sua visão, estes últimos “correspondem às modalidades internas da História”. Exemplificando, o autor se refere à História Política, à História Cultural, à História Oral, à História da Música, “e tantas quantas se possa imaginar”.¹¹ Neste ponto, não podemos deixar de registrar que Barros introduz uma certa flexibilização quanto à noção bourdieuniana de “campo” ao empregá-la para se referir tanto à História como um todo (campo disciplinar) quanto a cada uma das suas especialidades (campos históricos). Indo além, o autor detalha melhor sua proposta analítica nos seguintes termos:

Afora a noção mais ampliada de “Campo da História”, que coincide com o próprio universo desta disciplina frequentada pelos historiadores e cujos resultados podem ser apreendidos por todos os tipos de leitores, interessa-nos em maior detalhe a noção mais restrita de “campo histórico”. O “Campo da História” produz no seu interior inúmeros “campos históricos”, uns em conexão com outros.¹²

Para estabelecer esta divisão do “Campo da História” em diferentes “campos históricos” Barros propõe uma abordagem que já está presente no seu livro *O Campo da História*, baseada em três aspectos complementares e interrelacionados: *dimensões, abordagens e domínios*.¹³ As dimensões constituem as grandes divisões da realidade social: política, cultura, economia etc. As abordagens dizem respeito “aos métodos e modos de fazer a História, aos tipos de fontes e também às formas de tratamento de fontes com os quais lida o historiador”. Exemplificando, o autor cita “a História Oral, a História Serial, a Micro-História e tantas outras”. Em relação aos domínios, Barros se refere aos “campos temáticos” que estão em constante processo de mudança e inovação e que dizem respeito tanto aos objetos quanto aos sujeitos históricos investigados.¹⁴

Para além dos três aspectos mencionados, Barros acrescenta que as pesquisas historiográficas tendem a se definir também de acordo com a “espacialidade” e a “temporalidade”, ou seja, as tradicionais balizas espaciais e cronológicas presentes no título ou no subtítulo de cada trabalho. Estas ajudam a delimitar o escopo da investigação, estabelecer o contexto histórico que será levado em consideração na análise da documentação e também possibilitam a constituição do estado da arte em relação ao tema e à problematização.¹⁵

Seguindo a linha de raciocínio deste autor, podemos afirmar que os povos indígenas constituem *novos domínios* presentes no Campo da História. Tal presença pode ser apontada desde, pelo menos, a

10 Barros, “Sobre a noção de ‘Campo Histórico’”, p. 9-10.

11 Barros, “Sobre a noção de ‘Campo Histórico’”, p. 10.

12 Barros, “Sobre a noção de ‘Campo Histórico’”, p. 11.

13 Barros, *O campo da história*, p. 15-22.

14 Barros, “Sobre a noção de ‘Campo Histórico’”, p. 4.

15 Barros, “Sobre a noção de ‘Campo Histórico’”, p. 13.

década final do século XX, tomando por base o livro organizado pela antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, *História dos índios no Brasil*, que, para além da temática estampada no título, conta com a contribuição relevante de alguns historiadores.¹⁶ No entanto, é válido ressaltar que os trabalhos que analisamos ao longo da nossa pesquisa vão além de meramente incorporar os indígenas a uma narrativa histórica tradicional, passando a figurar como “novos sujeitos” – não tão novos, uma vez que sempre estiveram presentes na historiografia, embora de forma subalternizada ou exercendo papéis secundários.¹⁷

É válido também registrar que, embora tenha publicado o livro e o artigo que estamos comentando em 2004 e 2010, ou seja, já na primeira década do século XXI, Barros não incluiu nestas publicações nem os indígenas enquanto sujeitos históricos nem a temática indígena enquanto objeto de reflexão histórica ou historiográfica. É oportuno constatar que tanto o livro de John Monteiro, *Negros da terra*, que aborda os conflitos entre indígenas e bandeirantes na formação de São Paulo, quanto o de Ronaldo Vainfas, *A heresia dos índios*, que enfoca um episódio de resistência indígena de grande repercussão no período colonial, publicados em 1994 e 1995, escaparam às análises e comentários do autor. Por mais que não se possa exigir um apanhado exaustivo de exemplos em publicações de caráter introdutório, como *O campo da História*, tais ausências são significativas.¹⁸

Dentro do campo: levantamento e análise do material

No decorrer da pesquisa, foram identificados quatro Programas de Pós Graduação em História em funcionamento nas universidades baianas, a saber: o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (PPGH/UFBA), fundado em 1990; o Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local da Universidade Estadual da Bahia. Campus V (PPGHIS/UNEB), fundado em 2006; o Programa de Pós Graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana (PGH/UEFS), fundado em 2007; e o Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (PPGMPH/UFRB), fundado em 2014. O PPGH/UFBA está sediado em Salvador, o PGH/UEFS está sediado em Feira de Santana, o PPGHIS/UNEB está sediado em Santo Antônio de Jesus e o PPGMPH/UFRB está sediado em Cachoeira e São Félix.¹⁹ Todos possuem entre duas e três linhas de pesquisa, apresentadas em seus

16 Manuela Carneiro da Cunha (Org.), *História dos índios no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

17 Almeida, *Os índios na história do Brasil*, p. 13-28.

18 Cf. Barros, *O campo da História*; Barros, “Sobre a noção de ‘Campo Histórico’”; John M. Monteiro, *Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo*, São Paulo, Companhia das Letras, 1994; Ronaldo Vainfas, *A Heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

19 Além dos Programas de Pós Graduação em História citados e nos quais foram identificados trabalhos voltados para a História Indígena anotamos a existência de outros, criados mais recentemente, que não foram incluídos no levantamento em decorrência do recorte cronológico proposto. São eles: na UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz, o PPGH - Programa de Pós-Graduação em História (2019); na UNEB - Universidade

sites, possibilitando uma variedade de escolhas temáticas e historiográficas por parte dos candidatos (ver quadro 1).

Quadro 1 -Programas de Pós-Graduação incluídos na pesquisa

Sigla	Website	Ano de criação
PPGH/UFBA	https://ppgh.ufba.br/	1990
PPGHIS/UNEB	https://ppghis.uneb.br/	2006
PGH/UEFS	http://www.pgh.uefs.br/	2007
PPGMPH/UFRB	https://www.ufrb.edu.br/mphistoria/	2014

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em informações disponíveis na Internet.

A partir das datas de fundação dos programas de pós-graduação das universidades baianas é possível ver um movimento de interiorização dos cursos de especialização *stricto sensu*, o que vem permitindo a muitos profissionais e estudantes egressos das licenciaturas a acessarem o mestrado, cuja presença apenas na capital, ou mesmo fora do estado, dificultava a qualificação desses profissionais e egressos, muitos dos quais já atuam ou visam atuar como professores do ensino básico. O fortalecimento e distribuição dos cursos de pós graduação nas várias universidades do estado, localizadas em cidades do interior, vem permitindo também a abertura de novos espaços para pesquisas que se aproximam mais das histórias e realidades regionais e locais, enriquecendo com novos temas e objetos o campo da história.

Durante a leitura e avaliação dos trabalhos reunidos, buscou-se compreender as motivações das pesquisas, suas construções e execuções, as contribuições que deixam para o campo historiográfico e as possíveis conexões entre elas. Logo de início todos os autores e autoras são categóricos em afirmar a escassez de pesquisas sobre o tema, principalmente no estado da Bahia e sobre a história indígena do estado da Bahia. Procurando preencher algumas dessas lacunas, esses estudos se debruçam de maneira minuciosa sobre uma vastíssima documentação, distribuída em diversos arquivos públicos brasileiros e portugueses, tais como o Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), em Salvador;

do Estado da Bahia, Campus I, o PPGEAFIN - Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras (2018); também na UNEB, Campus II, o PPGH - Programa de Pós-Graduação em História (2018); na UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, o Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) e o Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS). Este último, não sendo especificamente em História, conta com professores de História e trabalhos voltados para esta área. Programas de Pós-Graduação em outras áreas, tais como o Programa de Pós-Graduação em Antropologia, da UFBA (PPGA), também trazem contribuições óbvias para o estudo da temática indígena, porém, não foram incluídos no escopo deste projeto.

Arquivo Histórico e Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro; Arquivo Histórico Ultramarino e Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, bem como os arquivos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e Instituto Geográfico e Histórico a Bahia (IGHB), além das cúrias diocesanas do Rio de Janeiro e Salvador. Também se enveredando pela cinematografia, pelos jornais impressos e pelas obras de intelectuais do século XX, algumas dessas pesquisas nos mostram que a História Indígena está presente nos mais diversos espaços e períodos da História do Brasil.

No total, foram catalogados vinte e quatro trabalhos que tratam de maneira mais direta sobre a temática da História Indígena, seja enfocando trajetórias indígenas, seja enfocando as representações construídas acerca dos povos indígenas pelos não indígenas. Dezenove foram incluídos como fontes na pesquisa, por atenderem aos critérios desenvolvidos durante a pesquisa. A avaliação preliminar buscou, para além do conteúdo, questões chave dentro dos trabalhos produzidos: a) quantidade de trabalhos produzidos sobre história indígena na Bahia e da Bahia; b) grau dos trabalhos produzidos (teses ou dissertações); c) universidades em que foram produzidos; d) citações ou referências à Lei 11.645/08 como possíveis motivadores ou recursos auxiliares a pesquisa; e) orientações teórico-metodológicas basilares que guiaram as pesquisas. Cinco desses trabalhos são teses de doutoramento do PPGH/UFBA, quatro deles orientados pela antropóloga e historiadora Maria Hilda Baqueiro Paraíso, que se destaca enquanto grande pesquisadora de História Indígena e uma das maiores referências do tema na Bahia, tendo orientado também oito das dissertações aqui avaliadas, além de duas teses que tratam de História Indígena do PPGH/UFBA, mas que espacialmente pesquisam Alagoas e Sergipe.

Pensando em uma maior sistematização dos dados investigados e na produção de um material que pudesse ser socializado com outros pesquisadores, docentes e estudantes dos diferentes níveis de ensino, organizamos as teses e dissertações a partir dos objetos e problemáticas principais de cada trabalho, resultando na identificação de em quatro eixos:

- I. Representações e memórias;
- II. Políticas indigenistas e ordenamentos administrativos;
- III. Processos de conquista, colonização e resistências;
- IV. Educação e materiais didáticos.

Cada um desses eixos será discutido a seguir, de maneira sucinta, indicando as pesquisas que foram catalogadas e demonstrando suas singularidades e conexões.²⁰

Representações e memórias

Os cinco trabalhos que compõem o eixo de História indígena com foco em representações e memórias investigam a construção dos discursos, memórias e representações sobre os povos

²⁰ Para um melhor contato com cada trabalho, foram também produzidas fichas que apresentam e comentam resumidamente cada trabalho, indicam a instituição onde foram produzidos, os orientadores e o link para download. Estas fichas serão disponibilizadas posteriormente em um formato a ser definido.

indígenas da Bahia. Para tal, os pesquisadores seguem a partir da perspectiva dos próprios indígenas; das concepções e projetos sociopolíticos de determinados indivíduos (aqui na figura do político e intelectual Afonso Arinos); e de veículos de comunicação (imprensa) e entretenimento/arte (cinema) que materializam os pensamentos hegemônicos na sociedade da década de 1990 e início dos anos 2000.

São eles: *Índios Paneleiros do Planalto da Conquista: do Massacre e o (Quase) Extermínio aos dias atuais*, de Renata Ferreira de Oliveira; *O Fogo de 51 – Reminiscências Pataxó*, de Rejane Cristine Santana Cunha; *Indígenas no Brasil: as visões de Afonso Arinos (1930-1940)*, de Zeneide Rios de Jesus; *Memórias em disputa: Comemorações do Dia do Índio nos jornais Correio da Bahia e Tribuna da Bahia (1990- 2000)* de Rafaela dos Santos Souza; *História, Cinema e representações sobre Indígenas: Uma análise de Caramuru, A invenção do Brasil (1995-2005)*, de Mabel Freitas Araújo de Souza.²¹

Apesar de se ater sobre diferentes fontes, sujeitos, com abordagens diversas, cada uma dessas pesquisas trata de maneira muito competente seu objeto de estudo. O elo que as une dentro desse eixo temático é a presença da reflexão e análise sobre a construção, transformação, apropriação e subversão de representações sobre os povos indígenas na Bahia. A partir de discursos conduzidos pelo Cinema, pela Imprensa, por intelectuais, e pelos próprios indígenas sobre suas experiências e memórias coletivas, as autoras nos conduzem pelas trilhas das nossas ideias cotidianas e naturalizadas sobre “o que são índios”, “quem são índios”, qual o lugar deles na nossa história, no nosso presente, e talvez o mais importante, como eles mesmos se percebem, se enxergam e se colocam dentro de uma sociedade quase sempre avessa às suas presenças, e sempre com intenções de lhes “civilizar”.

As obras que se utilizam de fontes do olhar e pensar dos não indígenas nos permitem inclusive uma auto avaliação, a nível individual e coletivo, de como enxergamos e/ou enxergávamos esses povos, intrinsecamente presentes em nossa vida cotidiana, na nossa cultura material e imaterial, por muitas vezes e muitos lugares no país, presentes em carne e osso, como vizinhos, como conterrâneos, como colegas de trabalho, escola ou universidade, como amigos e companheiros, mas que através dos livros, dos jornais, revistas, novelas, filmes parecem inalcançáveis, distantes no espaço e no tempo, presentes “apenas” na longínqua história de colonização e como românticos ideais de identidade nacional.

É necessário salientar aqui a subversão referida no parágrafo anterior. Dois dos trabalhos aqui presentes nos apresentam a perspectiva indígena sobre os encontros e conflitos com os colonizadores

21 Renata Ferreira de Oliveira, *Índios paneleiros do planalto da conquista: do massacre e o (quase) extermínio aos dias atuais*, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012; Rejane Cristine Santana Cunha, *O fogo de 51: reminiscências Pataxó*, Dissertação (Mestrado em História Regional e Local), Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2010; Zeneide Rios de Jesus, *Indígenas no Brasil: as visões de Afonso Arinos (1930-1940)*, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016; Rafaela dos Santos Souza, *Memórias em disputa: comemorações do Dia do Índio nos jornais Correio da Bahia e Tribuna da Bahia (1990-2000)*, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2016; Mabel Freitas Araujo de Souza, *História, cinema e representações sobre indígenas: uma análise de Caramuru, a invenção do Brasil (1995-2005)*, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2016.

– compreendendo aqui o processo de colonização como algo que ainda está acontecendo, atravessa o século XX e chega ao XXI – e quais as consequências para as comunidades. Enquanto a comunidade indígena da Batalha (no município de Vitória da Conquista) é permanentemente esquecida e tem negada a sua identidade indígena, os moradores se reconhecem como indígenas, herdeiros dos povos que habitavam a região antes da chegada dos colonizadores, e traçam sua própria narrativa dos eventos, dos embates, da maneira como perderam a guerra e de como conseguiram voltar. Ainda que como toda história, oficial ou não, as falas não descrevam o processo “exatamente como aconteceu”, a forma como a comunidade da Batalha a reconstruiu, imprimindo suas concepções e suas experiências, demonstra que nenhuma hegemonia é completa, e que por mais que na cidade atual de Vitória da Conquista se insista em afirmar que “os índios de Conquista foram exterminados”, eles estão lá bem vivos, e bastante conscientes de sua identidade.²²

Já a comunidade indígena Pataxó de Barra Velha, no município de Porto Seguro, é outro exemplo de resistência e reconstrução. Tendo vivido um violento conflito com as forças do Estado em consequência da criação do Parque Nacional do Monte Pascoal, no extremo sul da Bahia, a comunidade manteve firme a sua compreensão do conflito através da memória dos sobreviventes e seus descendentes e contam a autora deste segundo trabalho como foi a experiência do conflito em si, e as consequências para a comunidade. A exemplo de tantos outros povos indígenas pelo Brasil, os Pataxó de Barra Velha além de resistir de diferentes formas, durante e depois do conflito, também construíram sua própria versão do embate, pontuando as violências sofridas pela comunidade e contrapondo as narrativas hegemônicas do estado. Aqui reside a excelência da subversão das narrativas oficiais: mesmo preponderantes, elas não são únicas. As versões indígenas existem, são legítimas e essenciais não só para que compreendamos os processos de contato, conflito e resistências, mas também para que possamos entender a alta capacidade reconstrutiva dessas comunidades, defender suas autonomias e aprender com a diversidade e riqueza de seus ensinamentos.²³

Políticas indigenistas e ordenamentos administrativos

Neste eixo reunimos as pesquisas que visam a investigação e análise das políticas de Estado direcionadas aos povos indígenas, os interesses que guiavam essas políticas, suas intenções, planejamentos, desenvolvimentos, dificuldades, falhas e execuções, toda a gerência relacionada as comunidades dos povos primordiais, que sempre foram figuras essenciais para a Coroa Portuguesa em seu processo de conquista e expansão, e continuaram visadas pelo Império e pela República, ainda que cada período guarde suas especificidades. Quatro delas focam temporalmente no período colonial, uma no período imperial e outra no período republicano. São elas: *A Integração dos Índios como súditos do Rei de Portugal: Uma análise do projeto, dos autores e da implementação na Capitania de Ilhéus, 1758-1822*, de Teresinha Marcis; *Da Catequese à Civilização: Colonização e*

22 Oliveira, *Índios paneleiros do planalto da conquista*

23 Cunha, *O fogo de 51*.

Povos Indígenas na Bahia (1750-1800), de Fabricio Lyrio Santos; *De projeto a processo colonial: Índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga Capitania de Porto Seguro (1763-1808)*, de Francisco Eduardo Torres Cancela; *De Aldeados a Súditos: viver, trabalhar e resistir em Nova Abrantes do Espírito Santo - Bahia (1758-1760)*, de Luciano Campos Brunet; *Trajetórias de Vidas Rotas: Terra, Trabalho e Identidade Indígena na província na Bahia (1822-1862)*, de André de Almeida Rego; e *Trocadilhos Étnicos: A Política Indigenista, suas Resistências e Interpretações no Sul da Bahia – 1926-1938*, de Kelly Silva Prado Andrade.²⁴

Todos os trabalhos buscaram, identificaram e discutiram as ações indígenas que permearam essas políticas indigenistas, muitas vezes ditando seus limites, forçando a mudança de táticas e estratégias por parte do Estado (seja no período colonial, imperial ou republicano), resistindo às investidas “civilizatórias” dos colonizadores e, quando aparentemente derrotados e “integrados” pela sociedade não indígenas, negociando e reforçando sua sobrevivência física e identitária através de antigos e novos símbolos, num constante trabalho de reconhecimento de si individual e coletivamente.

Nessa perspectiva, povos indígenas e africanos na América, “aculturados” e “dominados”, não se anularam enquanto agentes históricos e políticos, antes se inseriram nas sociedades coloniais e pós-coloniais, misturaram-se com diversos grupos étnicos e sociais e incorporaram novas práticas culturais e políticas que souberam utilizar para amenizar perdas ou obter possíveis ganhos. Pesquisas em diferentes tempos e espaços na América revelam como índios, africanos e seus descendentes assumiram, grosso modo, as culturas políticas do Antigo Regime e dos novos estados nacionais latino-americanos. Eles participaram intensamente de suas instituições, valendo-se de suas regras e códigos para alcançar seus próprios objetivos continuamente modificados pela dinâmica de suas relações. Perderam muito, não resta dúvida, mas nem por isso deixaram de agir.²⁵

Ao constatar a violência concreta e simbólica do processo de conquista e colonização do Brasil, em diversas regiões e períodos, na extensão e intensidade do extermínio, investigar como apesar de inúmeras desvantagens, os povos indígenas ainda assim influíram nas mudanças administrativas que ocorreram de tempos em tempos do Brasil colonial ao Brasil república e aproveitaram as brechas

24 Teresinha Marcis, *A integração dos índios como súditos do rei de Portugal: uma análise do projeto, dos autores e da implementação na Capitania de Ilhéus, 1758-1822*, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013; Fabricio Lyrio Santos, *Da catequese à civilização: colonização e povos indígenas na Bahia (1750-1800)*, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012; Francisco Cancela, *De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga capitania de Porto Seguro (1763-1808)*, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012; Luciano Campos Brunet, *De Aldeados a Súditos: viver, trabalhar e resistir em Nova Abrantes do Espírito Santo, Bahia 1758-1760*, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008; André de Almeida Rego, *Trajetórias de vidas rotas: terra, trabalho e identidade indígena na província da Bahia (1822-1862)*, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014; Kelly Silva Prado Andrade, *Trocadilhos Étnicos: a política indigenista, suas resistências e interpretações no sul da Bahia 1926-1938*, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

25 Maria Regina Celestino de Almeida, “História e Antropologia”, in: Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (Org.), *Novos domínios da História*, Rio de Janeiro, Elsevier, 2012, p. 157.

para defender suas comunidades e lutar pelo seu direito a terra – num país de extrema concentração fundiária desde seus primórdios – é abrir inúmeras portas: reconhecer os povos indígenas como sujeitos ativos que movem a história, a sua própria história e a história de não índios também; compreender suas estratégias de luta e de defesa de suas culturas; seus anseios, seus objetivos e seus direitos enquanto cidadãos; e a importância inquestionável de sua presença na formação do povo brasileiro.

Processos de conquista, colonização e resistências indígenas

Este eixo de História indígena com foco em processos de conquista, colonização e resistências reúne as obras que discutem as relações de contato e conflito entre os povos indígenas e os colonizadores no território da Bahia. Nesses trabalhos os autores exploram os elementos de conflito e resistência no intuito de sair da linha de pensamento ainda predominante que afirma que o andamento da colonização foi ordeiro, constante e inexorável. É visível através das pesquisas que o discurso oficial sobre a colonização oculta um complexo embate de forças que lutava e negociavam constantemente entre si, e que a suposta placidez do processo esconde sob si uma tempestade de movimento humano indo e vindo entre sertão e litoral, conectando regiões distantes e criando alianças e discórdias as mais variadas.

As pesquisas deste eixo são as seguintes: *Colonização e Resistência no Paraguaçu – Bahia, 1530 – 1678*, de Juliana Brainer Barroso Neves; *Conquista e Resistência dos Payayá no Sertão das Jacobinas: Tapuia, tupi, colonos e missionários (1651-1706)*, de Solon Natalício Araújo dos Santos; *Ecos de Liberdade: a Santidade de Jaguaripe entre os alcances e limites da colonização cristã (1580-1595)*, de Jamille Oliveira Santos Bastos Cardoso; *Conquista e dominação dos povos indígenas: resistência no sertão dos Maracás. (1650-1701)*, de Friedrich Câmara Siering; e *Entre contatos, trocas e embates: Índios, Missionários e outros atores sociais no Sul da Bahia (Século XIX)*, de David Barbuda Guimarães de Meneses Ferreira.²⁶

Observando as resistências indígenas em diversas formas, os autores e autoras demonstram quão difícil foi a conquista dos territórios indígenas, só possível pelo apoio de povos indígenas aliados aos portugueses e inimigos anteriores de outros povos a serem conquistados. Cai por terra a figura

26 Juliana Brainer Barroso Neves, *Colonização e resistência no Paraguaçu – Bahia, 1530 – 1678*, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008; Solon Natalício Araújo dos Santos, *Conquista e Resistência dos Payayá no Sertão das Jacobinas: Tapuias, tupi, colonos e missionários (1651-1706)*, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011; Jamille Oliveira Santos Bastos Cardoso, *Ecos de liberdade: a Santidade de Jaguaripe entre os alcances e limites da colonização cristã*, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015; Friedrich Câmara Siering, *Conquista e dominação dos povos indígenas: Resistência no sertão dos Maracás (1650-1701)*, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008; David Barbuda Guimarães de Meneses Ferreira, *Entre contatos, trocas e embates: índios, missionários e outros atores sociais no sul da Bahia (século XIX)*, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

impávida do bandeirante conquistador dos sertões e emerge a figura violenta e traiçoeira de estranhos homens de ambições desmedidas, em conflito entre si, com a Igreja, com a Coroa, com antigos aliados indígenas. Também vemos os conflitos que existiam entre os próprios povos indígenas e entre diferentes ordens religiosas, confirmando a lentidão e a fragilidade do domínio português e posteriormente do estado brasileiro sobre as regiões que pretendiam dominar, e que eram território indígena.

É importante notar que pesquisas como essas foram possíveis através do desenvolvimento paulatino de novas metodologias e conceitos sobre o tratamento de fontes, uma vez que quase todo material escrito que chega às mãos dos historiadores foi produzido pelos colonizadores. Dessa forma é necessário cruzar fontes escritas diversas, indagar os “não ditos” do texto e buscar situar seus autores no cenário do qual escreviam.

Educação e materiais didáticos

Os três trabalhos presentes nesse eixo de História indígena com foco em educação e materiais didáticos são extremamente interessantes e inovadores em suas construções e execuções e estão intimamente ligados à Lei 11.645/2008. São eles: *Imagens e olhares: Povos indígenas e a construção/reforço de estereótipos através de imagens dos séculos XVI-XVII e XIX-XX utilizadas como complementos em conteúdos na sala de aula*, de Agla Mendes de Melo Lessa; *Saberes e práticas docentes no contexto do Ensino da História e Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas no Ensino Médio em Barreiras-BA (2010-2015)*, de Kátia Luzia Soares Oliveira; e *Arte e Musicalidade Indígena Kariri-Xocó e Fulni-Ô na atuação pedagógica e social de uma liderança indígena do Nordeste – Relatório para a produção do Documentário “Wakay: Uma Semente, Um Mundo”*, de Tamires Santos Teles.²⁷

A dissertação de Agla Lessa, realizada no Programa de Pós Graduação em História da UFRB (Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas) faz de sua discussão o encontro entre três temas: a) as imagens como fontes, b) história indígena e representações indígenas em sala de aula e c) o papel da escola no reforço ou combate a estereótipos racistas. Se num primeiro momento não vemos tanta proximidade entre essas questões, a autora as costura de maneira a percebemos o quão ligadas as imagens recorrentes nos livros didáticos e outros meios estão aos preconceitos disseminados dentro da sala de aula, e por consequência fora dela também, chamando

27 Agla Mendes de Melo Lessa, *Imagens e olhares: Povos indígenas e a construção/reforço de estereótipos através de imagens dos séculos XVI-XVII e XIX-XX utilizadas como complementos em conteúdos na sala de aula*, Dissertação (Mestrado em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2016; Kátia Luzia Soares Oliveira, *Saberes e práticas docentes no contexto do ensino da história e culturas afro-brasileiras e indígenas no Ensino Médio em Barreiras – Ba (2010-2015)*, Dissertação (Mestrado em História Regional e Local), Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2016; Tamires Santos Teles, *Arte e musicalidade indígena Kariri-Xocó e Fulni-Ô na atuação pedagógica e social de uma liderança indígena do Nordeste: relatório para a produção do documentário “Wakay: uma semente, um mundo”*, Dissertação (Mestrado em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2019.

atenção inclusive para a maneira superficial que as imagens são usadas nas aulas.²⁸

A pesquisa de Kátia Oliveira, realizada no Programa de Pós Graduação em História da UENB, toca num ponto sensível e essencial da prática da lei 11.645/2008: como os professores têm superado as dificuldades de ensinar aquilo que não aprenderam em sua formação? A lei de 2008 é bastante recente, e muitos dos professores em sala de aula hoje se formaram antes disso. Ainda que tenham alcançado determinadas discussões durante a graduação, não havia nas universidades disciplinas voltadas para isso, e indo mais longe, também não havia atenção a essas questões no antigo Magistério. Contudo o trabalho demonstra que os professores do ensino básico não estão alheios a necessidade e urgência de levar a História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena para as aulas, buscando em múltiplos meios e de diferentes formas o conhecimento necessário não só para atender a lei por si, mas principalmente para o desenvolvimento de um ensino de história com mais diversidade, que abarque a riqueza cultural do país e que não ignore os problemas advindos de uma formação conflituosa, numa sociedade desigual marcada pelo racismo e pela omissão de sérias políticas públicas que reparem as dívidas históricas que temos com os descendentes dos povos que formaram o Brasil.²⁹

O trabalho de Tamires Teles, desenvolvida também no Programa de Pós Graduação em História da UFRB, nos apresenta tanto uma temática única até então em todo o catálogo como também um produto diferenciado. Ao se dedicar a pesquisa da musicalidade indígena, a autora levou seu enfoque as ações sócio pedagógicas de um importante líder indígena e desenvolveu um documentário com o objetivo de melhor compartilhar os conhecimentos adquiridos durante a experiência de pesquisa.³⁰ Ao percebemos que o campo de produção de materiais didáticos para história indígena apesar de promissor ainda está no início, tanto o tema é inovador, ao buscar nas agências de uma liderança indígena práticas culturais e educacionais tão ricas, quanto o formato de apresentação do trabalho, com alcance de público maior, uma vez que é um trabalho audiovisual pensando para as salas de aula do ensino básico e superior. As demandas dos movimentos sociais indígenas e as diversas mudanças teóricas e metodológicas ocorridas dentro das universidades foram materializadas na Lei no 11.645/08. Essas dissertações demonstram as muitas possibilidades de pesquisa e de preparação de aulas que incluam e debatam a diversidade do povo brasileiro na escola.

Fora do campo: repercussões da temática indígena na sociedade

Demonstrando que a investigação do passado está vinculada aos anseios do presente, as pesquisas elencadas na seção anterior evidenciam que as estratégias de lutas e políticas indígenas atuais não estão desvinculadas do passado, antes ratificam os desafios, preconceitos, dificuldades e violências enfrentadas pelos povos originários do Brasil desde o início da colonização. Por outro lado, temos visto um avanço significativo nos estudos sobre os povos indígenas, nos mais variados campos

28 Lessa, *Imagens e olhares*.

29 Oliveira, *Saberes e práticas docentes*.

30 Teles, *Arte e musicalidade indígena*.

das ciências, com destaque para a História, aliado ao esforço crescente por parte dos intelectuais não indígenas no sentido de perceber tanto o passado quanto o presente de maneira menos etnocêntrica e eurocêntrica.

As lutas indígenas se fizeram e fazem tão presentes na trajetória de formação do Brasil que importantes lideranças indígenas participaram da construção da constituição de 1988, e o debate sobre a demarcação de suas terras só cresceu. Contudo diversos setores da sociedade ainda resistem ao avanço desses direitos inalienáveis, e mais recentemente diversos acontecimentos políticos no país e seus decursos tem demonstrando que é extremamente importante apoiar a voz e as lutas dessas pessoas, incluindo recontar a história da participação desses povos na nossa formação enquanto povo e país, e que desafiando todos os prognósticos coloniais, imperiais e republicanos, os povos indígenas continuam existindo, lutando por suas línguas, culturas, identidades, terras e modos de viver.

Em 1988 o Brasil tem sua primeira Constituição Federal escrita com participação popular e indígena, que defende os povos indígenas como plenos cidadãos, a demarcação de suas terras e garante uma série de outros direitos. Primeiro corpo de leis em quase cinco séculos que não possui como objetivo a assimilação de povos indígenas à sociedade não indígena, que assegura o direito sobre as terras e defende a liberdade, a autonomia e a cidadania indígenas. Menos de uma década depois, no entanto, um crime hediondo foi a prova dos desafios que os povos indígenas seguem enfrentando no país após a promulgação da Constituição mais inclusiva que o país já teve.

Em abril de 1997, Galdino Jesus dos Santos, líder indígena da etnia Pataxó-Hã-Hã-Hãe, na Bahia, estava em Brasília para participar de manifestações e reuniões referentes à demarcação das terras de sua comunidade. À noite, não podendo entrar no hotel onde estava hospedado, ele se abrigou em um ponto de ônibus e foi queimado vivo por cinco homens, entre eles um menor de idade, na época. Os filhos da classe alta de Brasília, capital federal, não consideravam que aquela pessoa vulnerável dormindo em um ponto de ônibus tivesse direito à vida. A morte violenta de Galdino suscita muitas questões políticas, sociais e culturais da sociedade brasileira, que precisam ser cada vez mais destacadas. Trabalhos acadêmicos, projetos socioculturais e manifestações sociais e políticas são formas importantes de dar visibilidade a apoio às causas indígenas. O crime ganhou as páginas dos jornais e gerou diversos protestos, mas menos de um quarto da pena de 14 anos foi cumprida. A impunidade quanto ao gesto de queimar viva uma pessoa tem significados profundos e terríveis sobre o tratamento que o Estado brasileiro deu e ainda dá aos povos indígenas, individual ou coletivamente³¹.

Infelizmente, Galdino não foi a primeira liderança indígena assassinada na história da república brasileira e não seria a última. A afirmação de defesa dos assassinos consistia em dizer que acreditavam que Galdino era um morador de rua, e que não havia intenção de matar, havia sido apenas uma “brincadeira”. Ainda que as motivações do crime tenham sido torpes, supérfluas e cruéis, não havia sido um assassinato político. Contudo, é importante observar que como as pessoas

31 Cf. <https://osbrasisesuasmemorias.com.br/biografia-galdino-pataxo/>. Acesso em: 22/12/2021. Para mais informações sobre este crime hediondo, cf. <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/95-do-corpo-queimado-o-cruel-assassinato-do-lider-indigena-galdino.phtml> Acesso em: 22/12/2021.

em situação de rua, os povos indígenas também são uma minoria, que têm sido incessantemente ameaçados de expulsão de suas terras ao longo do tempo, e que sofrem com o descaso do estado e de diversos setores da sociedade. Galdino havia ido a Brasília se reunir com outras lideranças indígenas, participar de reuniões e protestos em favor da demarcação das terras indígenas e contra a violência que sofriam de madeireiros, fazendeiros e outros membros de elites locais.

Na década de 1990, com a aproximação dos 500 anos da chegada dos portugueses ao litoral brasileiro, vários eventos, movimentos e obras foram realizados com o intuito de comemorar ou de repensar os 500 anos de contato e qual era então a situação dos povos indígenas no Brasil. Dois dos trabalhos catalogados fazem análises muito interessantes sobre esse período, discorrendo sobre a representação dos indígenas no cinema e na imprensa.

Ao aproximar-se os 500 anos de “descobrimento” do Brasil várias instituições da sociedade brasileira, especialmente na esfera acadêmica, organizaram seminários, simpósios e encontros para debaterem e refletirem sobre os cinco séculos da chegada dos portugueses no litoral brasileiro. Entre os principais assuntos das comemorações a temática indígena ocupou boa parte desses encontros com representantes indígenas e especialistas no assunto. Se para uma parcela da população os “quinientos” tinha um tom festivo, para os povos indígenas era o momento de revisitarem o passado, avaliarem os ganhos e perdas no presente e projetarem lutas políticas junto ao estado brasileiro, especialmente, para suas demandas emergenciais como a demarcação de seus territórios tradicionais, políticas públicas na saúde e uma educação escolar indígena comprometida com os saberes tradicionais. Como resultado desses momentos de reflexão e debate produziram-se documentários áudio visuais e um conjunto de livros foram publicados para servirem como um instrumento de luta desses povos, mas também para serem utilizados como materiais didáticos nas instituições de ensino do país.³²

Mas mesmo com os imensos desafios, os povos indígenas encontram diversos meios para se fazerem ouvir pela sociedade não indígena. De escritores a pesquisadores universitários, além de importantes lideranças políticas e religiosas, muitas vezes porta-vozes das demandas de proteção ambiental para os ecossistemas nos quais suas comunidades vivem, os povos indígenas encontram em fins do século XX e no início do século XXI ferramentas importantes de diálogo. Inicialmente através de livros, entrevistas e trabalhos acadêmicos, hoje as redes sociais também têm se mostrado como potenciais aliadas.

Essas dinâmicas de diálogo e debates, e a visibilidade crescente dos povos indígenas, com suas lutas incessantes por reconhecimento e respeito frutificaram também da educação com a criação

32 Cristiano Augusto Durat, “O ensino de história e o ‘novo’ protagonismo indígena”, in: André Bueno et al. (Org.), *Aprendizagens Históricas: debates e opiniões*, União da Vitória/Rio de Janeiro, LAPHIS/Edições especiais Sobre Ontens, 2018, p. 69-70.

da Lei 11.645/08, que estabelece o ensino de História e cultura indígenas, juntamente com História e cultura africana e afro-brasileira como obrigatórias no currículo do ensino básico. Conseqüentemente as universidades podem e devem abrir mais espaço para esses temas e estimular pesquisas nessas áreas, de forma que há um ganho duplo: mais se produz conhecimento sobre os povos indígenas e afro-brasileiros, e mais desse conhecimento pode contribuir na formação dos estudantes da educação básica, dando outras perspectivas sobre história do Brasil e combatendo preconceitos e discriminações.

Considerações finais

A partir dos conceitos de campo e campo científico, de Bourdieu, e de campo da história e campos históricos, estabelecidos por Barros para organizar e categorizar o espaço de produção acadêmica ocupado pela história na contemporaneidade, buscamos catalogar e analisar os trabalhos produzidos sobre história indígena na Bahia entre 2008 e 2018, reunindo evidências substanciais de que a História Indígena vem se constituindo enquanto um campo histórico na última década. Tanto os trabalhos produzidos quanto as redes de compartilhamento entre esses pesquisadores e pesquisadoras demonstram um crescente interesse por uma parte significativa da comunidade acadêmica em torno da História Indígena. Como argumentado ao longo deste artigo, vários fatores contribuíram para tal, de maneira lenta, é verdade, mas persistente.

Ao nos debruçarmos sobre a variedade de questões colocadas pelos trabalhos catalogados, é justo afirmar que a História Indígena tem demonstrado plenas condições de se desprender da Etnohistória, da História Cultural, Social, Política ou Econômica, e constituir um campo histórico autônomo, embora relacionado aos demais. Instituído para si um domínio próprio, a História Indígena pode ser trabalhada através de diversas abordagens (História Oral, História Serial, Micro História, História Local); e se relacionar com outros tantos domínios, tanto em relação aos objetos (Educação, Cinema, Cidadania, Inquisição) quanto aos sujeitos investigados (Quilombolas, Mulheres, Colonos, Missionários).

Ao mesmo tempo de maneira mais localizada no campo dos conhecimentos históricos, essas pesquisas valorizam temas e objetos de pesquisa ainda poucos estudados. É visível as condições que a História Indígena tem de se tornar um campo histórico e historiográfico autônomo, com fontes, metodologias, e paradigmas conceituais adequados. Podemos observar a formação gradual dentro das universidades baianas de um campo histórico historiográfico sobre história indígena na Bahia, e seus autores e autoras tem compartilhado essas experiências e resultados em espaços diversos, contribuindo para uma avaliação coletiva dessa produção. Esse movimento é promissor, e revela como a constante luta indígena dentro e fora das academias (uma vez que sim, temos colegas indígenas nas mais diversas áreas de produção do conhecimento) e nos movimentos sociopolíticos demonstrou sua importância constante como sujeitos históricos também aqui em nosso estado.

Igualmente importantes são os trabalhos baseados na memória e história oral das comunidades indígenas baianas – salientando a existência das comunidades indígenas baianas na atualidade, algo ignorado e muitas vezes até negado – e nos diálogos com professores que ensinam história indígena em sala de aula nas escolas públicas da Bahia. Essa dedicação e cuidado se refletem nas leituras e interpretações das fontes, uma vez que procurando demonstrar as agências dos diversos atores envolvidos na história e formação do país, os pesquisadores precisaram se atentar a detalhes, silêncios, brechas e os mais variados indícios da ação indígena que não esteve calcada unicamente em satisfazer o desejo expansionista dos colonizadores, mas, ao contrário, visava a sobrevivência não só física, como também cultural e identitária.

Acreditamos que os resultados das pesquisas catalogadas e analisadas ao longo deste artigo devem estar presentes não só nos livros didáticos, mas nos mais diversos espaços de formação da nossa sociedade. São obras importantes que demonstram a relevância dos povos indígenas dentro do nosso passado e presente, e que apontam para a uma importância ainda maior no futuro. Comunidades que resistiram a transformações brutais de seu espaço físico e cultural, que lutaram e lutam por sua sobrevivência física e étnica, que constantemente nos alertam sobre os perigos do modo predatório com o qual o mundo moderno tem explorado o planeta e que oferecem alternativas viáveis de um modo de vida comunitário que respeite o bem estar coletivo e o meio ambiente, que defende o direito a terra para quem dela vive, que denuncia os crimes ambientais que não atingem exclusivamente a eles, e correm os perigos de jogar aos holofotes a destruição causada pelo avanço indiscriminado da pecuária, do latifúndio monocultor, da extração desenfreada de madeira e da mineração. A possibilidade de aprender não apenas *sobre*, mas também *com* os povos indígenas aponta para um mundo menos desigual.